

mercado

PAINEL S.A.

Julio Wiziack (interino)
painelsa@grupofolha.com.br

Efeito sanfona

Coordenadores da equipe de transição deram um recado a estatais e órgãos vinculados aos ministérios: nada de contratações ou demissões antes de Lula assumir. O presidente eleito quer evitar uma situação como a de Gilson Machado, ex-titular do Turismo que ficou conhecido como ministro sanfoneiro e foi derrotado na eleição ao Senado. Jair Bolsonaro (PL) o nomeou para um mandato de quatro anos na chefia da Embratur. O ato pode ser revogado pelo novo governo.

STOP-ORDER O chefe de algumas áreas da transição levou a mensagem a diversos órgãos em nome do governo eleito. O aviso já chegou à Economia e à Infraestrutura, visando preservar postos-chave.

VIPI Brasileiros endinheirados fizeram o país bater recorde na venda de pacotes de luxo para as Copas. O Brasil só não superou em turistas visto o México, os EUA e vizinhos do Catar, como Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos.

ESGOTADO A procura dos brasileiros foi tão grande que os preços saltaram de US\$ 7.000 (R\$ 37 mil) para US\$ 8.250 (R\$ 43,6 mil). Os pacotes não incluem bilhetes aéreos, nem ingressos para os jogos. Não há mais vagas disponíveis.

PÓS-COVID O Grupo Águia, que opera esse serviço com exclusividade no Brasil, afirma que foram 2,500 brasileiros enviados, quase 500 a mais do que na Copa da Rússia. "O fim da pandemia é, sem dúvida, um fator que explica esse aumento", disse Paulo Castello Branco, presidente de projetos especiais do grupo.

OÁSIS Diferentemente dos demais locais do Catar, onde a bebida custa uma fortuna, há cerveja e alimentação incluída nos pacotes em todos os locais reservados nos estádios para os torcedores.

HEADHUNTER Para compensar a possível nomeação de Fernando Haddad (PT) como ministro da Fazenda, dada por ora como quase certa, Lula poderá destinar o Planejamento a um liberal. Persio Arida já disse que não quer, mas continua cogitado pelo PT, enquanto secretários de Fazenda nos estados vêm sendo sondados.

TESOURADA A ideia, no entanto, vem sendo apontada por petistas como de alto risco. Isso porque caberá ao Planejamento organizar o entra-e-sai de recursos públicos, prevenindo cortes de gastos devido ao arrocho fiscal herdado de Jair Bolsonaro. O temor é que um discípulo do liberalismo exagere na contenção de despesas, o que prejudicaria programas com os quais Lula se comprometeu na campanha.

com Paulo Ricardo Martins e Diego Felix

INDICADORES

Juros	Nov. em % ao mês	Mínimo	Máximo
7,73	8,00	4,72	9,78
Cheque especial	Emprestimo pessoal		
Fonte: Procon-SP			
Contribuição à Previdência Competência novembro			
Autônomo e facultativo			
Valor mín. R\$ 1.212,00	20%	R\$ 242,40	
Valor máx. R\$ 7.087,22	20%	R\$ 1.417,44	
O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo pode contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo é o autônomo que recolhe por conta própria vence em 15 dez.			
MEI (Microempreendedor)			
Valor mín. R\$ 1.212	5%	R\$ 60,60	
Assalariado	Alíquota		
Até R\$ 1.212,00	7,5%		
De R\$ 1.212,01 até R\$ 2.427,35	9%		
De R\$ 2.427,36 até R\$ 3.641,03	12%		
De R\$ 3.641,04 até R\$ 7.087,22	14%		
O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 20 dez. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição			

AUSÊNCIA A Starlink, empresa de satélite do bilionário Elon Musk, o dono do Twitter, decidiu de participar do chamado público para a conexão de escolas distantes à internet. O edital, da RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa), foi feito em conjunto com o Ministério das Comunicações. Como noticiou o Painel S.A., concorrentes locais da empresa afirmaram que ele estava direcionado para Musk.

VAIVÉM O ministro Fábio Faria (Comunicações) disse em entrevistas que a Starlink entraria na disputa. A pasta afirma agora que a empresa havia sinalizado que não conseguiria participar de qualquer tipo de certame antes de março de 2023 e, por isso, não se habilitou. Ao final, apresentaram-se a americana Hughes e a Viasat, que já opera no país em parceria com a Telebrás no projeto Wifi Brasil.

DEVAGAR A velocidade de conexão prometida pelas proponentes, no entanto, foi a mínima desejada — 40 Mbps (megabits por segundo). O governo pretendia que fosse 120 Mbps. O setor disse que essas velocidades exigidas no edital eram elevadas demais para que qualquer uma atuasse, sinal da suposta orientação dada à empresa de Musk. Ainda não se sabe quanto as empresas cobrarão pelo serviço.

NEGO À coluna Fábio Faria negou veementemente qualquer favorecimento para a Starlink. Disse que a ideia do edital era forçar as empresas a entregarem conexões mais rápidas e de melhor qualidade do que aquelas já existentes no mercado. Segundo ele, abaixo de 40 Mbps de conexão já existe oferta nas escolas.

MAIS CARO Após três meses em queda, o custo de vida para as famílias na região metropolitana de São Paulo cresceu 0,7%, em outubro, segundo o monitoramento da Fecco mercioSP. Pesaram no índice o preço do transporte aéreo, com alta de 27% em relação a setembro, e o do rodoviário interestadual (3%). Outro fator foram os alimentos (0,8%). Os itens que mais sofreram alta neste grupo foram a batata inglesa (23,5%), o tomate (22%) e a cebola (12%).

Imposto de Renda	Em R\$	Alíquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98		Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65		7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05		15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68		22,5	636,13
Acima de 4.664,68		27,5	869,36
Empregados domésticos			
Considerando o piso na capital e Grande SP	R\$ 1.433,73	Valor, em R\$	
Empregado		110,85	
Empregador		286,71	
O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vencer em 7 dez. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% a 9%. Para salários maiores, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS			



O economista Persio Arida, do grupo de transição de Lula, em conferência em NY Igor Gielow - 15.nov.22/Folhapress

Grupo liberal ligado a Persio pede rejeição da PEC da Transição

Economista que participa de equipe de Lula é conselheiro acadêmico do Livres, mas não teve participação no documento

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO O grupo liberal Livres, que defendeu o voto no presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), no segundo turno das eleições, divulgou nota em que pede a rejeição do projeto da PEC (proposta de emenda à Constituição) da Transição, que abre caminho para quase R\$ 200 bilhões em gastos fora do teto.

O economista Persio Arida, membro da equipe de transição de Lula, é conselheiro acadêmico do Livres, mas não teve participação no documento, que foi elaborado pela diretoria da entidade.

Na nota, o Livres defende que o novo governo aproveite o início de mandato para discutir prioridades dentro do Orçamento e a implementação de uma nova regra de controle de gastos.

Segundo o estudo do Livres, abrir esse rombo no teto de gastos, sem garantir responsabilidade fiscal, mesmo que

seja para bancar políticas sociais, "é dar com uma mão e tirar com a outra".

"O Livres é contrário à aprovação do projeto de emenda constitucional em discussão pela equipe de transição do presidente eleito", diz a nota.

"É o caminho socialmente mais preocupante, porque piora a renda dos brasileiros e as perspectivas de crescimento do país. A implementação de políticas sociais sem responsabilidade fiscal tem um efeito perverso".

Deborah Bizarria, coordenadora de Políticas Públicas do Livres e uma das autoras do documento, diz que a recalibragem dos benefícios do Bolsa Família, em vez de manter o valor fixo de R\$ 600 por família, ajudaria a melhorar a efetividade do programa.

Caso a rejeição seja politicamente inviável, afirma a economista, o Livres recomenda uma atuação orientada pela redução de danos, como é o caso da proposta apresenta-



A gente acredita na importância da política social, mas isso tem de ser buscado em linha com a responsabilidade fiscal. Senão, a gente tem uma explosão da dívida pública, e isso gera inflação e um incentivo para que não haja discussão de prioridades no Orçamento público

Deborah Bizarria coordenadora do Livres

da pelo senador Alessandro Vieira (PSDB-SE), que retirou do teto de gastos R\$ 70 bilhões para o programa de renda, aponta.

"A gente acredita na importância da política social, mas isso tem de ser buscado em linha com a responsabilidade fiscal. Senão, a gente tem uma explosão da dívida pública, e isso gera inflação e um incentivo para que não haja discussão de prioridades no Orçamento público", afirma a coordenadora do Livres.

"Havendo uma mudança nos programas sociais, a gente conseguiria fazer sem o gasto extra".

O Livres surgiu dentro do PSL em 2016, mas deixou o partido quando Jair Bolsonaro se filiou à legenda, em 2018.

A PEC da Transição permite a realização de investimentos para além do limite de despesas, caso o governo tenha registrado o ingresso de receitas extraordinárias. Esse mecanismo valeria a partir de 2023.

Regulamentação do lobby é aprovada na Câmara; ONGs dizem que foram ignoradas

João Gabriel

BRASÍLIA A Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça-feira (29), o projeto que regulamenta o lobby no Brasil. O texto foi enviado pelo governo de Jair Bolsonaro (PL) e chegou a ser escanteado, mas voltou a ser importante após o escândalo envolvendo pastores no Ministério da Educação.

A proposta segue agora para o Senado, onde ainda pode passar por novas alterações.

O texto aprovado na Câmara foi relatado pelo deputado Lafayette de Andrada (Republicanos-MG), que usou o projeto enviado pelo governo como base, mas o alterou.

Diversas entidades criticaram a proposta e dizem que não houve o devido diálogo para a construção do projeto.

Um grupo de mais de 50 entidades — dentre as quais estão Transparência Internacional, Pacto pela Democracia e Observatório do Clima — chegou a enviar uma série de sugestões de alteração, mas, segundo elas, nenhuma foi acatada no texto final.

Profissionais vinculados a essas organizações disseram, sob condição de anonimato, que as alterações haviam sido

acatadas no relatório elaborado pelo deputado Augusto Coutinho (Republicanos-PE) na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

O relatório, no entanto, não avançou porque foi aprovado um requerimento de urgência na Câmara, o que fez com que o texto fosse levado direto ao plenário. As entidades reclamam que o texto aprovado nesta terça ignorou o que havia sido trabalhado na comissão a partir do diálogo com a sociedade civil.

A proposta que vai ao Senado cria regras para a atuação de lobistas junto ao Estado, como a necessidade de que as agendas sejam públicas.

Entre as regras está a obrigatoriedade de que os órgãos federais publiquem informações sobre audiências realizadas com lobistas, com, no mínimo, informações sobre a identificação dos participantes, do cliente dos lobistas, a descrição do assunto e o propósito do interesse a ser representado.

A pena para o agente público que descumprir as novas leis varia de advertência até demissão e exoneração. São consideradas infrações, por exemplo, deixar de pres-



A regulamentação deve ter como norte a transparência e o amplo acesso. Criar penalizações desproporcionais só tende a enfraquecer a participação, a pluralidade de ideias e o debate democrático. Esperamos que o Senado corrija os pontos problemáticos

Juliana de Paula Batista assessora jurídica do ISA (Instituto Socioambiental)

tar as informações sobre as agendas ou assediarem participantes dos encontros.

Para os lobistas, por sua vez, passa a ser necessário se credenciar nos órgãos públicos para que possam exercer a atividade.

Também passa a ser considerado irregular apresentar o político com bens, com exceção de itens de baixo valor ou livros, ou ocultar o real interessado por trás da pauta interessada por ele. Além, no entanto, permite que lobistas ofereçam serviços de hospedagem e transporte relacionados a eventos com participação de agentes públicos.

O texto diz que será criada uma comissão para julgamentos casos de infração e que o seu presidente será o membro da casa Legislativa. As penas vão de multa a suspensão.

A regulamentação deve ter como norte a transparência e o amplo acesso. Criar penalizações desproporcionais só tende a enfraquecer a participação, a pluralidade de ideias e o debate democrático. Esperamos que o Senado corrija os pontos problemáticos", diz Juliana de Paula Batista, assessora jurídica do ISA (Instituto Socioambiental).